

ANEXO I:

CONDIÇÕES GERAIS DOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO ÂMBITO DAS AÇÕES EXTERNAS FINANCIADAS PELA UNIÃO EUROPEIA OU PELO FUNDO EUROPEU DE DESENVOLVIMENTO

ÍNDICE

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	3
Artigo 1.º Definições	3
Artigo 2.º Comunicações	3
Artigo 3.º Cessão.....	3
Artigo 4.º Subcontratação	4
OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	5
Artigo 5.º Informações	5
Artigo 6.º Assistência em matéria de regulamentação local	5
OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO	5
Artigo 7.º Obrigações gerais	5
Artigo 8.º Código deontológico	6
Artigo 9.º Conflito de interesses	7
Artigo 10.º Sanções administrativas e financeiras	8
Artigo 11.º Especificações e desenhos	8
Artigo 12.º Indemnização	8
Artigo 13.º Saúde, seguro e segurança	9
Artigo 14.º Direitos de propriedade intelectual e industrial	10
NATUREZA DOS SERVIÇOS.....	11
Artigo 15.º Âmbito dos serviços.....	11
Artigo 16.º Pessoal e equipamento	11
Artigo 17.º Substituição de pessoal	12
Artigo 18.º Estagiários	13
EXECUÇÃO DO CONTRATO.....	13
Artigo 19.º Atrasos na implementação das tarefas.....	13
Artigo 20.º Alteração do contrato	13
Artigo 21.º Horário de trabalho	15
Artigo 22.º Regime de férias e licenças.....	15
Artigo 23.º Informações	15
Artigo 24.º Registos	15
Artigo 25.º Verificações, controlos e auditorias por parte de organismos da União Europeia.....	16
Artigo 26.º Relatórios intercalares e relatório final	17
Artigo 27.º Aprovação de relatórios e documentos	17
PAGAMENTOS E COBRANÇA DE DÍVIDAS	18
Artigo 28.º Verificação das despesas	18
Artigo 29.º Pagamento e juros de mora	18

Artigo 30.º	Garantia financeira.....	21
Artigo 31.º	Restituição dos montantes devidos pelo Adjudicatário	21
Artigo 32.º	Revisão dos preços.....	22
Artigo 33.º	Pagamentos a terceiros.....	22
INCUMPRIMENTO, SUSPENSÃO E RESCISÃO DO CONTRATO.....		22
Artigo 34.º	Incumprimento do contrato.....	22
Artigo 35.º	Suspensão do contrato	23
Artigo 36.º	Rescisão pela Entidade Adjudicante	24
Artigo 37.º	Rescisão pelo Adjudicatário	25
Artigo 38.º	Força maior.....	26
Artigo 39.º	Morte	27
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEI APLICÁVEL.....		27
Artigo 40.º	Resolução de litígios	27
Artigo 41.º	Lei aplicável	28
Artigo 42.º	Proteção de dados	28

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

ARTIGO 1.º DEFINIÇÕES

- 1.1. Os títulos e subtítulos das presentes Condições Gerais não devem ser considerados como fazendo parte integrante das mesmas, nem tomados em consideração para efeitos da interpretação do contrato.
- 1.2. Sempre que o contexto o permita, considera-se que os termos utilizados no singular incluem o plural e vice-versa e que os termos utilizados no masculino incluem o feminino e vice-versa.
- 1.3. Considera-se que o termo «país» abrange o Estado ou o território.
- 1.4. Os termos referentes a pessoas ou partes abrangem empresas e sociedades, bem como qualquer outra organização dotada de capacidade jurídica.
- 1.5. As definições dos termos utilizados nas presentes Condições Gerais são estabelecidas no «Glossário de termos», Anexo AI do Guia Prático dos procedimentos contratuais no âmbito das ações externas da UE, que constitui uma parte integrante do presente contrato.

ARTIGO 2.º COMUNICAÇÕES

- 2.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, quaisquer comunicações escritas relativas ao presente contrato entre a Entidade Adjudicante ou o gestor do projeto e o Adjudicatário devem indicar a designação e o número de identificação do contrato e ser enviadas por correio, cabo, telex, fax, correio eletrónico ou entregues pessoalmente nos endereços indicados para o efeito pelas partes.
- 2.2. Caso o remetente exija um aviso de receção, deve indicá-lo na comunicação e exigir o referido aviso de receção sempre que haja um prazo para a receção da comunicação. Em qualquer caso, o remetente deve tomar todas as medidas necessárias para assegurar a receção atempada da comunicação.
- 2.3. Salvo disposição em contrário, sempre que o contrato preveja qualquer notificação, consentimento, aprovação, certificado ou decisão, os mesmos devem ser efetuados por escrito, devendo os termos «notificar», «certificar», «aprovar» ou «decidir» ser interpretados em conformidade. Tais consentimentos, aprovações, certificados ou decisões não podem ser recusados ou retardados sem motivo.
- 2.4. As instruções ou ordens orais devem ser confirmadas por escrito.

ARTIGO 3.º CESSÃO

- 3.1. A cessão apenas será válida se revestir a forma de acordo escrito pelo qual o Adjudicatário transfere o seu contrato ou parte dele a um terceiro.
- 3.2. O Adjudicatário não pode, sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante, ceder o contrato ou qualquer parte do mesmo, ou qualquer benefício ou interesse dele resultante, exceto nos seguintes casos:
 - (a) Cessão de uma garantia constituída em favor do banco do Adjudicatário, sobre quaisquer montantes vencidos ou a vencer nos termos do contrato; ou

- (b) Transmissão à companhia de seguros do Adjudicatário do seu direito de indemnização contra quaisquer pessoas responsáveis, nos casos em que as companhias de seguros não tenham aceite a responsabilidade ou os prejuízos do Adjudicatário.
- 3.3. Para efeitos do disposto no n.º 2, a aprovação de uma cessão da posição contratual pela Entidade Adjudicante não exime o Adjudicatário das suas obrigações contratuais relativamente à parte do contrato já executada ou à parte não transferida.
- 3.4. Se o Adjudicatário ceder o contrato sem consentimento, a Entidade Adjudicante pode rescindi-lo.
- 3.5. Os cessionários devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato e não podem ser abrangidos por nenhum dos critérios de exclusão fixados no processo de concurso.

ARTIGO 4.º SUBCONTRATAÇÃO

- 4.1. A subcontratação só é válida se for objeto de acordo escrito pelo qual o Adjudicatário confia a um terceiro a execução de uma parte do contrato. Para este efeito, os peritos individuais recrutados para o projeto como peritos principais ou secundários não são considerados subcontratantes.
- 4.2. O Adjudicatário deve requerer o consentimento da Entidade Adjudicante para subcontratar. O pedido deve indicar os elementos do contrato a subcontratar e a identidade dos subcontratantes. A Entidade Adjudicante deve notificar o Adjudicatário da sua decisão, no prazo de 30 dias a contar da receção da notificação, fundamentando a eventual recusa de consentimento.
- 4.3. A subcontratação não cria relações contratuais entre qualquer subcontratante e a Entidade Adjudicante.
- 4.4. O Adjudicatário é responsável pelos atos, omissões e negligências dos seus subcontratantes e respetivos peritos, agentes ou empregados, como se de atos, omissões ou negligências suas, ou dos seus próprios peritos, agentes ou empregados, se tratasse. A aprovação pela Entidade Adjudicante da subcontratação de qualquer parte do contrato ou do subcontratante para executar qualquer parte dos serviços não exime o Adjudicatário de nenhuma das suas obrigações contratuais.
- 4.5. Se a Entidade Adjudicante ou o gestor do projeto considerarem que um subcontratante não é competente para executar as tarefas que lhe foram confiadas, podem solicitar imediatamente ao Adjudicatário que o substitua por outro subcontratante com qualificações e experiência que a Entidade Adjudicante considere aceitáveis ou retome ele próprio a execução das tarefas.
- 4.6. Os subcontratantes devem satisfazer os critérios de elegibilidade aplicáveis à adjudicação do contrato e não podem ser abrangidos por nenhum dos critérios de exclusão fixados no processo de concurso.
- 4.7. Os serviços que o Adjudicatário confiar a um subcontratante não podem ser confiados por este a terceiros, salvo decisão em contrário da Entidade Adjudicante.
- 4.8. Se o Adjudicatário proceder à subcontratação sem consentimento, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato.

OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

ARTIGO 5.º INFORMAÇÕES

- 5.1. A Entidade Adjudicante deve fornecer ao Adjudicatário, logo que possível, todas as informações e/ou documentação de que disponha que possam ser úteis para a execução do contrato. Estes documentos devem ser devolvidos à Entidade Adjudicante no termo do período de implementação das tarefas.
- 5.2. A Entidade Adjudicante deve colaborar com o Adjudicatário facultando-lhe as informações que este último possa razoavelmente solicitar para efeitos da execução do contrato.
- 5.3. A Entidade Adjudicante deve comunicar por escrito ao Adjudicatário o nome e endereço do gestor do projeto.

ARTIGO 6.º ASSISTÊNCIA EM MATÉRIA DE REGULAMENTAÇÃO LOCAL

- 6.1. O Adjudicatário pode solicitar a assistência da Entidade Adjudicante do país beneficiário para obter cópias de legislação e regulamentação, bem como informações sobre os costumes locais e disposições administrativas do país em que os serviços serão prestados e que possam afetar o cumprimento das suas obrigações contratuais. A Entidade Adjudicante pode prestar ao Adjudicatário a assistência solicitada, a expensas deste último.
- 6.2. Sem prejuízo do disposto na legislação e regulamentação sobre mão-de-obra estrangeira em vigor no país em que os serviços serão prestados, a Entidade Adjudicante presta assistência razoável ao Adjudicatário, a pedido deste, nos pedidos de vistos e autorizações, incluindo autorizações de residência e licenças de trabalho, para o pessoal cujos serviços o Adjudicatário e a Entidade Adjudicante considerem necessários, bem como autorizações de residência para as respetivas famílias.

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

ARTIGO 7.º OBRIGAÇÕES GERAIS

- 7.1. O Adjudicatário deve executar o contrato com o devido cuidado, eficiência e diligência, segundo as melhores práticas profissionais.
- 7.2. O Adjudicatário deve respeitar todas as decisões administrativas do gestor do projeto. Se o Adjudicatário considerar que os requisitos de natureza administrativa ultrapassam a autoridade do gestor do projeto ou o âmbito do contrato, deve comunicá-lo, com a devida fundamentação, ao gestor do projeto. O Adjudicatário deve proceder a esta notificação no prazo de 30 dias após a receção das referidas decisões, findo o qual deixa de o poder fazer. Esta notificação não suspende a execução da decisão administrativa.
- 7.3. Se lhe for pedido, o Adjudicatário deve fornecer à Entidade Adjudicante, sem demora, todas as informações e/ou documentação relativas às condições de execução do contrato.
- 7.4. O Adjudicatário deve respeitar e cumprir toda a legislação e regulamentação em vigor no país beneficiário e assegurar que o seu pessoal, as pessoas a cargo deste último e os seus empregados locais respeitam e cumprem igualmente estas disposições. O Adjudicatário deve indemnizar a Entidade Adjudicante por eventuais reclamações ou processos decorrente de qualquer infração a tais disposições cometida por ele próprio, pelo seu pessoal ou pelas pessoas a cargo deste último.

- 7.5. Na eventualidade de acontecimentos, ações ou omissões imprevistos que obstem direta ou indiretamente à execução total ou parcial do contrato, o Adjudicatário deve proceder de imediato e por sua própria iniciativa ao respetivo registo e comunicá-lo à Entidade Adjudicante. Esta comunicação deve incluir uma descrição do problema e uma indicação da data em que teve início, bem como as medidas de reparação tomadas pelo Adjudicatário para garantir o pleno cumprimento das suas obrigações contratuais. Nestes casos, o Adjudicatário deve dar prioridade à resolução do problema em detrimento do apuramento de responsabilidades.
- 7.6. Sem prejuízo do n.º 8, o Adjudicatário compromete-se a tratar com a maior confidencialidade e a não utilizar nem divulgar a terceiros informações ou documentos relacionados com a execução do contrato sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante. O Adjudicatário continua sujeito a esta obrigação após a conclusão das tarefas e deve obter de cada membro do seu pessoal o mesmo compromisso.
- 7.7. Se o Adjudicatário for uma empresa comum ou um consórcio constituído por duas ou mais pessoas, todas elas são conjunta e solidariamente responsáveis pela execução do contrato. A pessoa designada pelo consórcio para agir em seu nome para efeitos do contrato tem poderes para vincular o consórcio e é o único interlocutor para todos os aspetos contratuais e financeiros. A composição ou constituição da empresa comum ou do consórcio não pode ser alterada sem o consentimento prévio da Entidade Adjudicante. Qualquer alteração da composição do consórcio efetuada sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante pode dar origem à rescisão do contrato.
- 7.8. Salvo pedido ou acordo em contrário da Comissão Europeia, o Adjudicatário deve tomar as medidas necessárias para dar visibilidade adequada ao financiamento da UE. Estas medidas devem respeitar as regras do Manual sobre a Comunicação e a Visibilidade das Ações Externas da UE, publicado pela Comissão Europeia.
- 7.9. Todos os registos devem ser conservados por um período de 7 anos após o pagamento final efetuado no âmbito do contrato. Estes documentos incluem toda a documentação relativa às receitas e despesas, bem como os documentos necessários para a verificação dos documentos justificativos, nomeadamente folhas de presença, bilhetes de avião e outros meios de transporte e recibos das remunerações pagas aos peritos, assim como faturas e recibos das despesas acessórias. O incumprimento desta obrigação pode dar lugar à rescisão do contrato.

ARTIGO 8.º CÓDIGO DEONTOLÓGICO

- 8.1. O Adjudicatário deve agir sempre com imparcialidade e como conselheiro leal, em conformidade com o código deontológico da sua profissão, bem como com a discrição adequada. Deve abster-se de prestar declarações públicas sobre o projeto ou os serviços, sem a aprovação prévia da Entidade Adjudicante. Não deve, de modo algum, vincular a Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio por escrito desta última, devendo esclarecer esta obrigação perante terceiros.
- 8.2. O Adjudicatário e o seu pessoal devem respeitar os direitos humanos e comprometer-se a observar as práticas políticas, culturais e religiosas que prevalecem no país em que os serviços serão prestados.
- 8.3. O Adjudicatário deve respeitar a legislação laboral acordada a nível internacional, nomeadamente as normas laborais fundamentais da OIT, as convenções sobre a liberdade de associação e de negociação coletiva, a eliminação do trabalho forçado, a eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão e a abolição do trabalho infantil.

- 8.4. Nem o Adjudicatário nem qualquer dos seus subcontratantes, agentes ou pessoal podem utilizar os poderes que lhes forem confiados para obter proveitos próprios. Nem o Adjudicatário nem qualquer dos seus subcontratantes, agentes ou pessoal podem receber ou concordar em receber de qualquer pessoa, ou oferecer ou concordar em oferecer a qualquer pessoa, ou obter para qualquer pessoa, presentes, gratificações, comissões ou benefícios de qualquer género como incentivo para ou recompensa por realizar ou se abster de realizar qualquer ato relacionado com a execução do contrato, ou por mostrar preferência ou má vontade relativamente a qualquer pessoa relacionada com o contrato. O Adjudicatário deve cumprir toda a legislação e todos os códigos em vigor em matéria de combate ao suborno e à corrupção.
- 8.5. A execução do contrato não deve dar lugar ao pagamento de despesas comerciais extraordinárias. A remuneração do Adjudicatário nos termos do contrato deve constituir a sua única remuneração ou o único benefício a título do contrato. O Adjudicatário e o seu pessoal devem abster-se de exercer qualquer atividade ou de auferir qualquer vantagem incompatível com as suas obrigações contratuais.
- 8.6. A Entidade Adjudicante pode realizar todos os controlos documentais ou no terreno que considere necessários para obter provas, em caso de suspeita da existência de despesas comerciais extraordinárias.

ARTIGO 9.º CONFLITO DE INTERESSES

- 9.1. O Adjudicatário deve tomar todas as medidas necessárias para impedir ou pôr termo a qualquer situação suscetível de comprometer a execução objetiva e imparcial do contrato. Tal conflito de interesses pode resultar, nomeadamente, de interesses económicos, de afinidades políticas ou nacionais, ou de quaisquer laços familiares ou emocionais, ou ainda de qualquer outro tipo de relação ou de comunhão de interesses. Caso surja um conflito de interesses durante a execução do contrato, a Entidade Adjudicante deve ser imediatamente notificada por escrito deste facto. Na eventualidade de tal conflito, o Adjudicatário deve tomar imediatamente todas as medidas necessárias para lhe pôr termo.
- 9.2. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de verificar se tais medidas são adequadas, podendo exigir que sejam tomadas medidas adicionais, se necessário. O Adjudicatário deve assegurar que o seu pessoal, incluindo os seus quadros, não seja colocado numa situação passível de dar origem a um conflito de interesses. Sem prejuízo das suas obrigações contratuais, o Adjudicatário deve substituir de imediato, e sem direito a qualquer indemnização por parte da Entidade Adjudicante, qualquer membro do seu pessoal exposto a tal situação.
- 9.3. O Adjudicatário deve abster-se de qualquer contacto suscetível de comprometer a sua independência ou a do seu pessoal.
- 9.4. O Adjudicatário deve limitar a sua intervenção no projeto à prestação dos serviços descritos no contrato.
- 9.5. O Adjudicatário e qualquer outra pessoa que trabalhe sob a sua autoridade ou controlo na execução do contrato, ou em qualquer outra atividade, não podem ter acesso a outros financiamentos da UE/FED disponíveis no âmbito do mesmo projeto. No entanto, o Adjudicatário pode participar, após consentimento escrito da Entidade Adjudicante, se puder provar que o seu envolvimento em fases anteriores do projeto não constitui concorrência desleal.
- 9.6. Os funcionários públicos e outros agentes da administração pública do país em que os serviços serão prestados, independentemente da sua situação administrativa, não devem ser contratados como peritos, salvo consentimento prévio por escrito da Comissão Europeia.

ARTIGO 10.º SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E FINANCEIRAS

- 10.1. Sem prejuízo da aplicação de outras vias de recurso estipuladas no contrato, o Adjudicatário que fizer declarações falsas, cometer erros substanciais, irregularidades ou fraudes, ou que violar gravemente as suas obrigações contratuais, pode ser excluído de todos os contratos e subvenções financiados pela UE por um período máximo de cinco anos a contar da data do incumprimento, confirmado após procedimento contraditório com o Adjudicatário, em conformidade com a regulamentação financeira aplicável da UE. Este período pode ser aumentado para 10 anos no caso de reincidência nos 5 anos subsequentes ao primeiro incumprimento.
- 10.2. Além da sanção administrativa prevista no n.º 1, ou em alternativa a ela, o Adjudicatário pode também ser objeto de sanções financeiras de um montante compreendido entre 2 % e 10 % do valor total do contrato. Esta percentagem pode aumentar para um montante compreendido entre 4 % e 20 % no caso de reincidência nos cinco anos subsequentes ao primeiro incumprimento.
- 10.3. Se a Entidade Adjudicante tiver poder para impor sanções financeiras, pode deduzi-las de quaisquer montantes devidos ao Adjudicatário ou executar a respetiva garantia.

ARTIGO 11.º ESPECIFICAÇÕES E DESENHOS

- 11.1. O Adjudicatário deve elaborar todas as especificações e desenhos utilizando sistemas aprovados e geralmente reconhecidos que possam ser aceites pela Entidade Adjudicante, tendo em conta os critérios de conceção mais recentes.
- 11.2. O Adjudicatário deve assegurar uma elaboração imparcial das especificações e desenhos, bem como de toda a documentação relativa à aquisição de bens e serviços para o projeto, a fim de promover a concorrência no âmbito do concurso.

ARTIGO 12.º INDEMNIZAÇÃO

- 12.1. O Adjudicatário deve, a expensas próprias, indemnizar, proteger e defender a Entidade Adjudicante, bem como os seus agentes e empregados, em caso de ações judiciais, reclamações, perdas ou danos resultantes de qualquer ato ou omissão da sua parte durante a prestação dos serviços, incluindo qualquer violação de disposições legais ou de direitos de terceiros no que respeita a patentes, marcas e outras formas de propriedade intelectual, como os direitos de autor.
- 12.2. O Adjudicatário deve, a expensas próprias, indemnizar, proteger e defender a Entidade Adjudicante, bem como os seus agentes e empregados, em caso de ações judiciais, reclamações, perdas ou danos resultantes da execução do contrato, desde que:
 - a) O Adjudicatário seja notificado de tais ações judiciais, reclamações, perdas ou danos, o mais tardar 30 dias depois de a Entidade Adjudicante deles ter tomado conhecimento;
 - b) A responsabilidade do Adjudicatário perante a Entidade Adjudicante esteja limitada a um montante equivalente ao valor do contrato e este limite não seja aplicável às perdas ou danos causados a terceiros pelo Adjudicatário ou resultantes de um ato doloso da sua parte;
 - c) A responsabilidade do Adjudicatário esteja limitada às ações judiciais, reclamações, perdas ou danos diretamente resultantes do incumprimento das suas obrigações contratuais e não abranja a responsabilidade resultante de acontecimentos imprevisíveis direta ou indiretamente decorrentes do incumprimento.

- 12.3. O Adjudicatário deve, a expensas próprias e mediante pedido da Entidade Adjudicante, corrigir eventuais insuficiências na execução dos serviços caso não tenha cumprido as suas obrigações contratuais.
- 12.4. O Adjudicatário não é, de modo algum, responsável por ações judiciais, reclamações, perdas ou danos resultantes:
- a) Do facto de a Entidade Adjudicante não ter atuado de acordo com qualquer recomendação ou ter ignorado qualquer ato, decisão ou recomendação do Adjudicatário ou ter imposto a este último a aplicação de uma decisão ou recomendação relativamente à qual o Adjudicatário manifestou o seu desacordo ou exprimiu sérias reservas; ou
 - b) Da execução incorreta das instruções do Adjudicatário por parte dos agentes, empregados ou adjudicatários independentes da Entidade Adjudicante.
- 12.5. Após a prestação dos serviços, o Adjudicatário continua responsável pelo incumprimento das suas obrigações contratuais durante o período determinado pela lei que rege o contrato.

ARTIGO 13.º SAÚDE, SEGURO E SEGURANÇA

- 13.1. A Entidade Adjudicante pode solicitar que o Adjudicatário e/ou o seu pessoal encarregado da prestação dos serviços se submetam a um exame médico realizado por um médico qualificado, antes de saírem do seu local de residência habitual, e o Adjudicatário deve enviar, logo que possível, à Entidade Adjudicante o atestado médico que indica se os peritos estão ou não aptos para prestar os serviços previstos.
- 13.2. O Adjudicatário deve provar que tanto ele como as pessoas por ele empregadas ou contratadas se encontram abrangidos por um seguro de saúde durante o período de implementação das tarefas. A Entidade Adjudicante não é responsável pelo pagamento das despesas médicas do Adjudicatário.
- 13.3. No prazo de 20 dias a contar da assinatura do contrato, o Adjudicatário deve subscrever e manter um seguro de responsabilidade total num montante correspondente ao limite máximo previsto na legislação do país beneficiário e na legislação do país em que o Adjudicatário está estabelecido e que cubra, durante o período de vigência do contrato, os seguintes aspetos:
- (a) A responsabilidade do Adjudicatário em caso de doença ou acidente de trabalho que afete os seus empregados, incluindo as despesas de repatriamento por motivos de saúde;
 - (b) A perda ou danificação do equipamento da Entidade Adjudicante utilizado para a execução do contrato;
 - (c) A responsabilidade civil em caso de acidente causado a terceiros ou à Entidade Adjudicante e a qualquer dos seus empregados em consequência da execução do contrato;
 - (d) A morte por acidente ou a incapacidade permanente resultante de lesões corporais sofridas durante o período do contrato.
- 13.4. O Adjudicatário deve ainda subscrever um seguro que cubra a perda ou danificação dos objetos de uso pessoal dos seus empregados, peritos e respetivas famílias que se encontrem no país beneficiário.

- 13.5. Sempre que solicitado pela Entidade Adjudicante ou pelo gestor do projeto, o Adjudicatário deve fornecer, sem demora, a prova da subscrição do seguro e do pagamento regular dos prémios.
- 13.6. O Adjudicatário deve tomar medidas de segurança proporcionais aos eventuais riscos de vida que enfrentam os seus empregados, peritos e respetivas famílias que se encontrem no país beneficiário.
- 13.7. O Adjudicatário é igualmente responsável pelo controlo do nível dos eventuais riscos físicos a que estejam expostos os seus empregados, peritos e respetivas famílias que se encontrem no país beneficiário, devendo manter a Entidade Adjudicante informada desta situação. Se a Entidade Adjudicante ou o Adjudicatário tiverem conhecimento de um perigo iminente que ameace a saúde ou a vida dos seus empregados, peritos e respetivas famílias, o Adjudicatário pode tomar medidas imediatas para retirar essas pessoas para locais onde estejam em segurança. Neste caso, deve comunicar imediatamente as medidas tomadas ao gestor do projeto, o que poderá implicar a suspensão do contrato nos termos do artigo 35.º.

ARTIGO 14.º DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

- 14.1. Entende-se por «resultado» qualquer produto decorrente da implementação do contrato, fornecido como tal pelo Adjudicatário.
- 14.2. A propriedade de todos os resultados ou direitos sobre estes enunciados no caderno de encargos e na proposta anexa ao contrato, incluindo os direitos de autor e outros direitos de propriedade intelectual ou industrial, e todas as soluções tecnológicas e informações nelas incorporadas, obtidos no âmbito da execução do contrato, devem ser irrevogáveis e plenamente adquiridos pela Entidade Adjudicante, a partir do momento em que lhe são fornecidos e aceites por esta. A Entidade Adjudicante pode utilizá-los conforme entender, podendo nomeadamente armazená-los, modificá-los, traduzi-los, exibi-los, reproduzi-los, publicá-los ou comunicá-los por qualquer meio, bem como cedê-los ou transferi-los.
- 14.3. Para evitar dúvidas e sempre que aplicável, considera-se que qualquer aquisição de direitos constitui também uma transferência efetiva dos direitos do Adjudicatário para a Entidade Adjudicante.
- 14.4. Esta aquisição de direitos pela Entidade Adjudicante nos termos do presente contrato abrange todos os territórios a nível mundial e é válida para todo o período de duração da proteção dos direitos de propriedade intelectual, salvo disposição em contrário da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário.
- 14.5. O Adjudicatário deve assegurar que os resultados apresentados estão isentos de direitos ou pretensões de terceiros, incluindo em relação a direitos anteriores, para qualquer utilização prevista pela Entidade Adjudicante. Se a Entidade Adjudicante o exigir, o Adjudicatário deve apresentar prova exaustiva de propriedade ou de direitos de utilização de todos os direitos necessários, bem como de todas as autorizações relevantes do(s) autor(es).
- 14.6. Todos os relatórios e dados tais como mapas, diagramas, desenhos, especificações, planos, estatísticas, cálculos, bases de dados, suportes lógicos e documentos justificativos ou qualquer outro material que tenha sido adquirido, compilado ou elaborado pelo Adjudicatário no âmbito da execução do contrato, bem como quaisquer produtos decorrentes da implementação do mesmo, são propriedade exclusiva da Entidade Adjudicante, salvo disposição em contrário. Após a conclusão do contrato, o Adjudicatário deve entregar todos esses documentos e dados à Entidade Adjudicante. O Adjudicatário não pode conservar cópias desses documentos e dados, não podendo também utilizá-los para fins diferentes dos previstos no contrato sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante.

- 14.7. O Adjudicatário não deve publicar artigos relativos aos serviços nem fazer qualquer referência aos mesmos quando prestar serviços a terceiros, nem divulgar informações obtidas no decurso da execução do contrato para fins diferentes da sua execução sem o consentimento prévio por escrito da Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 7.º, n.º 4.
- 14.8. Ao apresentar os resultados, o Adjudicatário garante que a transferência de direitos acima referida não viola qualquer lei nem infringe quaisquer direitos de terceiros e que é titular dos direitos ou poderes necessários para a execução da transferência. Mais garante que pagou ou confirmou o pagamento de todas as taxas, incluindo taxas devidas a sociedades de gestão coletiva, relacionadas com os resultados finais.
- 14.9. O Adjudicatário deve indemnizar e assegurar que a Entidade Adjudicante não tenha de suportar quaisquer danos e custos decorrentes de qualquer pretensão de terceiros, incluindo autores e intermediários, devido a uma eventual violação da propriedade intelectual, industrial ou de outro direito de propriedade resultante da utilização por parte da Entidade Adjudicante, conforme especificado no contrato, de patentes, licenças, planos, projetos, modelos, marcas de fábrica ou comerciais, exceto quando a referida infração resultar do cumprimento do projeto ou de especificações fornecidos pela Entidade Adjudicante.

NATUREZA DOS SERVIÇOS

ARTIGO 15.º ÂMBITO DOS SERVIÇOS

- 15.1. O âmbito dos serviços é especificado nos anexos II e III.
- 15.2. Sempre que o contrato se referir à prestação de assistência à Entidade Adjudicante e/ou ao gestor do projeto relativamente a todos os aspetos técnicos do projeto que possam surgir no decurso da sua implementação, o Adjudicatário não tem poder de decisão.
- 15.3. Sempre que o contrato se referir à gestão da implementação do projeto, o Adjudicatário deve, sob a autoridade do gestor do projeto, assumir todos os atos de gestão inerentes à supervisão da implementação do projeto.
- 15.4. Se o Adjudicatário tiver de elaborar um processo do concurso, este último deve conter todos os documentos necessários para a consulta de empreiteiros, fabricantes e fornecedores adequados e para a elaboração das propostas tendo em vista a execução da obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação dos serviços objeto de concurso. A Entidade Adjudicante deve fornecer ao Adjudicatário as informações necessárias para a elaboração da parte administrativa do processo do concurso.

ARTIGO 16.º PESSOAL E EQUIPAMENTO

- 16.1. O Adjudicatário deve informar a Entidade Adjudicante de todo o pessoal que tenciona empregar para a implementação das tarefas, exceto dos peritos principais cujos *curricula vitae* estão incluídos no Anexo IV. No Anexo II e/ou Anexo III são especificados o nível mínimo de formação, habilitações e experiência do pessoal e, se for caso disso, a especialização exigida. A Entidade Adjudicante pode opor-se à escolha de pessoal feita pelo Adjudicatário.
- 16.2. O pessoal que trabalha no projeto com a aprovação da Entidade Adjudicante deve iniciar o exercício das suas funções na data ou no prazo previstos no Anexo II e/ou no Anexo III ou, se tal não for possível, na data ou nos prazos notificados ao Adjudicatário pela Entidade Adjudicante ou pelo gestor do projeto.

- 16.3. Salvo disposição em contrário prevista no contrato, o pessoal em exercício no âmbito do contrato deve residir na proximidade do local de trabalho. Caso uma parte dos serviços deva ser prestada fora do país beneficiário, o Adjudicatário deve comunicar ao gestor do projeto os nomes e as habilitações do pessoal afetado a essa parte dos serviços.
- 16.4. O Adjudicatário deve:
- (a) No prazo de 30 dias a contar da assinatura do contrato pelas duas partes, comunicar ao gestor do projeto o calendário proposto para a colocação do pessoal;
 - (b) Informar o gestor do projeto das datas de chegada e partida de cada elemento do pessoal;
 - (c) Apresentar, em tempo útil, ao gestor do projeto, um pedido de aprovação por escrito respeitante à nomeação de outros peritos que não os peritos principais.
- 16.5. O Adjudicatário deve tomar todas as medidas necessárias para que o seu pessoal disponha sempre do equipamento e acompanhamento necessários para cumprir as suas tarefas específicas de forma eficaz.

ARTIGO 17.º SUBSTITUIÇÃO DE PESSOAL

- 17.1. O Adjudicatário não deve proceder a mudanças do pessoal sem aprovação prévia por escrito da Entidade Adjudicante. Por sua iniciativa, deve, no entanto, propor uma substituição nos seguintes casos:
- (a) Em caso de morte, doença ou acidente de um membro do pessoal;
 - (b) Se, por quaisquer outras razões alheias à vontade do Adjudicatário (por exemplo, demissão, etc.), for necessário substituir algum membro do pessoal.
- 17.2. Além disso, durante a execução do contrato, e com base num pedido escrito e fundamentado no qual o Adjudicatário deve indicar as suas observações e as do membro do pessoal, a Entidade Adjudicante pode ordenar a substituição de um membro do pessoal.
- 17.3. Sempre que seja necessário proceder à substituição de um membro do pessoal, o substituto deve ter habilitações e experiência, pelo menos, equivalentes, não podendo a remuneração a pagar ao substituto exceder a remuneração do membro do pessoal substituído. Se o Adjudicatário não estiver em condições de disponibilizar um substituto com habilitações e/ou experiência equivalentes, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato, se a correta execução do mesmo estiver comprometida, ou, se considerar que tal não é o caso, aceitar o substituto, desde que os seus honorários sejam renegociados de forma a atingirem um nível de remuneração adequado.
- 17.4. As despesas suplementares resultantes da substituição de um membro do pessoal ficam a cargo do Adjudicatário. A Entidade Adjudicante não efetuará qualquer pagamento correspondente ao período de ausência do membro do pessoal a substituir. A substituição de qualquer membro do pessoal, cujo nome figure no Anexo IV do contrato, deve ser proposta pelo Adjudicatário no prazo de 15 dias a contar do primeiro dia de ausência do membro do pessoal a substituir. Se, após este período, o Adjudicatário não propuser uma substituição nos termos do n.º 3, a Entidade Adjudicante pode aplicar impor uma indemnização que pode ir até 10 % dos honorários restantes do membro do pessoal a substituir.

- 17.5. O país beneficiário pode ser notificado da identidade do novo membro do pessoal a acrescentar ou substituir no contrato, para obter a sua aprovação. O país beneficiário não pode recusar a sua aprovação, a menos que, por escrito e no prazo de 15 dias a contar da data do pedido de aprovação, apresente à Entidade Adjudicante objeções devidamente justificadas e fundamentadas relativamente aos membros do pessoal propostos.

ARTIGO 18.º ESTAGIÁRIOS

- 18.1. Se estiver previsto nas condições de referência, o Adjudicatário deve assegurar, durante o período de implementação das tarefas, a formação de estagiários que lhe sejam confiados pela Entidade Adjudicante nos termos do contrato.
- 18.2. O facto de a formação destes estagiários estar a cargo do Adjudicatário não lhes confere o estatuto de seus empregados. Todavia, devem cumprir as instruções do Adjudicatário, bem como o disposto no artigo 8.º, como se fossem empregados do Adjudicatário. O Adjudicatário pode obter, mediante pedido fundamentado apresentado por escrito, a substituição de qualquer estagiário cujo trabalho ou conduta não sejam satisfatórios.
- 18.3. Salvo disposição em contrário prevista no contrato, a remuneração dos estagiários, bem como as suas despesas de viagem e alojamento e quaisquer outras despesas por eles incorridas, são suportadas pela Entidade Adjudicante.
- 18.4. O Adjudicatário deve apresentar trimestralmente à Entidade Adjudicante um relatório sobre o desempenho dos estagiários. Imediatamente antes do termo do período de implementação das tarefas, o Adjudicatário deve elaborar um relatório sobre os resultados da formação, bem como uma avaliação das qualificações obtidas pelos estagiários tendo em vista o seu futuro emprego. A forma e as modalidades de apresentação destes relatórios são definidas nas condições de referência.

EXECUÇÃO DO CONTRATO

ARTIGO 19.º ATRASOS NA IMPLEMENTAÇÃO DAS TAREFAS

- 19.1. Se o Adjudicatário não prestar os serviços dentro do período fixado no contrato, a Entidade Adjudicante, sem notificação formal e sem prejuízo de outras vias de recurso estipuladas no contrato, tem direito a ser indemnizada por cada dia que decorra entre o termo do período de implementação previsto no contrato e a data efetiva de conclusão dessas tarefas.
- 19.2. O valor diário da indemnização é calculado dividindo o valor do contrato pelo número de dias do período de implementação das tarefas, até ao máximo de 15 % do valor total do contrato.
- 19.3. Se a Entidade Adjudicante tiver direito a exigir 15 % do valor do contrato, pode, após notificar por escrito o Adjudicatário:
- (a) Rescindir o contrato, e;
 - (b) Celebrar com um terceiro um contrato para concluir a prestação dos serviços previstos, a expensas do Adjudicatário.

ARTIGO 20.º ALTERAÇÃO DO CONTRATO

- 20.1. As alterações do contrato que afetem o seu objeto ou âmbito, como a alteração do seu montante total, a substituição de um perito cujo *curriculum vitae* faz parte do contrato e a alteração do período de implementação das tarefas, devem ser formalizadas por meio de

uma adenda. Ambas as partes podem solicitar uma adenda de alteração do contrato pode ser solicitada por ambas as partes, de acordo com os seguintes princípios:

- a) A adenda de alteração só pode ser pedida durante o período de execução do contrato;
- b) Todos os pedidos de adenda devem ser apresentados por escrito à outra parte, pelo menos 30 dias antes da data em que a adenda deveria entrar em vigor. Em circunstâncias especiais devidamente justificadas pelo Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode aceitar um prazo diferente.

A parte requerida deve notificar a sua decisão acerca do pedido da parte requerente no prazo de 30 dias a contar da data de receção. Não há alteração automática sem confirmação escrita da parte requerida.

20.2. As alterações do contrato que não afetem o seu objeto ou âmbito podem ser pedidas por ambas as partes, de acordo com os princípios enunciados no n.º 1. Além disso, o gestor do projeto tem poderes para emitir ordens administrativas que impõem alterações do contrato que não afetem o seu objeto ou âmbito, incluindo a pedido do Adjudicatário, de acordo com os seguintes princípios:

- a) As alterações solicitadas podem revestir a forma de aditamentos, omissões, substituições, mudanças de qualidade, de quantidade, da sequência especificada, do método ou do calendário de prestação dos serviços;
- b) Antes de emitir qualquer ordem administrativa, o gestor do projeto deve notificar ao Adjudicatário a natureza e a forma da alteração proposta.

O Adjudicatário deve então, sem demora, apresentar ao gestor do projeto uma proposta que inclua:

- i) todas as medidas necessárias para proceder à alteração,
- ii) um programa atualizado para a implementação das tarefas, e
- iii) uma proposta de ajustamento do valor do contrato recorrendo às tabelas de honorários do contrato sempre que as tarefas sejam semelhantes. Se as tarefas não forem semelhantes, as tabelas de honorários do contrato devem ser aplicadas sempre que se afigurar razoável.

Após receber a proposta do Adjudicatário, o gestor do projeto deve aceitar ou rejeitar a alteração.

Se a aceitar, o gestor do projeto deve notificar o Adjudicatário mediante uma ordem administrativa que indique que o Adjudicatário deve proceder à alteração aos preços e nas condições constantes do pedido do Adjudicatário ou nos termos da alteração do gestor do projeto.

- c) Ao receber a ordem administrativa, o Adjudicatário deve proceder às alterações nela indicadas, ficando obrigado pelas presentes Condições Gerais do mesmo modo que se as referidas alterações estivessem previstas no contrato.
- d) Nos contratos baseados em honorários, as ordens administrativas que tenham um impacto sobre o orçamento contratual devem limitar-se à transferência entre honorários ou a transferência dos honorários para as despesas acessórias, nos limites previstos no n.º 3.

- 20.3. Nenhuma alteração, seja por meio de adenda seja por meio de ordem administrativa, deve levar à redução do montante do orçamento contratual destinado à verificação das despesas nem alterar as condições de adjudicação existentes à data da adjudicação do contrato.
- 20.4. Qualquer alteração efetuada pelo Adjudicatário sem ordem administrativa ou sem adenda não é permitida e é feita por conta e risco do Adjudicatário.
- 20.5. Sempre que seja necessário introduzir uma alteração devido a incumprimento ou violação do contrato por parte do Adjudicatário, os custos adicionais eventualmente imputáveis à referida alteração serão por ele suportados.
- 20.6. O Adjudicatário deve comunicar à Entidade Adjudicante, por escrito, as eventuais alterações de conta bancária ou de auditor. O Adjudicatário deve utilizar o formulário do Anexo VI para comunicar a eventual alteração de conta bancária. A Entidade Adjudicante tem o direito de se opor à alteração da conta bancária ou do auditor feita pelo Adjudicatário.

ARTIGO 21.º HORÁRIO DE TRABALHO

- 21.1. Os dias e as horas de trabalho do Adjudicatário ou do seu pessoal devem respeitar as disposições legislativas e regulamentares e os costumes do país em que os serviços serão prestados e as características dos serviços.

ARTIGO 22.º REGIME DE FÉRIAS E LICENÇAS

- 22.1. Nos contratos baseados em honorários, durante o período de implementação das tarefas as férias anuais devem ser gozadas numa altura aprovada pelo gestor do projeto.
- 22.2. Nos contratos baseados em honorários, considera-se que a tabela de honorários tem em conta um período máximo de 2 meses de férias anuais do pessoal do Adjudicatário, durante o período de implementação das tarefas. Consequentemente, os dias de férias anuais não são considerados dias de trabalho.
- 22.3. O pessoal do Adjudicatário não tem direito a licenças por doença ou ocasionais, desde que, no entanto, o gestor do projeto possa, a título discricionário por razões humanitárias ou outras, permitir que o pessoal do Adjudicatário goze licenças não remuneradas durante o período de implementação das tarefas.

ARTIGO 23.º INFORMAÇÕES

- 23.1. O Adjudicatário deve fornecer todas as informações relativas aos serviços e ao projeto ao gestor do projeto, à Comissão Europeia, ao Tribunal de Contas Europeu ou a qualquer pessoa autorizada pela Entidade Adjudicante.
- 23.2. O Adjudicatário deve permitir que a Entidade Adjudicante ou qualquer pessoa autorizada por esta examinem ou verifiquem o registo e a contabilidade relativos aos serviços e deles façam cópias, tanto durante como após a prestação dos serviços.

ARTIGO 24.º REGISTOS

- 24.1. O Adjudicatário deve manter uma contabilidade e um registo completos, sistemáticos e precisos da prestação dos serviços, que sejam suficientemente pormenorizados e elaborados para permitir verificar com precisão se o número de dias de trabalho e as despesas acessórias efetivas que figuram na(s) fatura(s) do Adjudicatário foram devidamente consagrados à prestação dos serviços.
- 24.2. Nos contratos baseados em honorários, o Adjudicatário deve manter folhas de presença com o registo dos dias e das horas de trabalho do seu pessoal. As folhas de presença preenchidas

pelos peritos devem ser confirmadas mensalmente pelo Adjudicatário e ser aprovadas pelo gestor do projeto, por qualquer pessoa autorizada pela Entidade Adjudicante ou pela própria Entidade Adjudicante. Os montantes faturados pelo Adjudicatário devem corresponder a estas folhas de presença. O tempo de viagem destinada exclusiva e necessariamente à implementação do contrato, pelo percurso mais direto possível, pode ser incluído no número de dias ou, se for caso disso, de horas registado nas folhas de presença. As viagens efetuadas pelos peritos aquando do início e da cessação de funções, bem como para efeitos de férias, não são consideradas dias de trabalho. Considera-se que 7 horas de trabalho efetivo são equivalentes a um dia de trabalho. Relativamente a todos os peritos, para efeitos de faturação, o respetivo tempo de trabalho deve ser arredondado para o número inteiro de dias de trabalho mais próximo.

- 24.3. Todos os registos devem ser conservados durante um período de 7 anos após o pagamento final efetuado no âmbito do contrato. Estes documentos incluem toda a documentação relativa às receitas e despesas, bem como os documentos necessários para a verificação dos documentos justificativos, nomeadamente folhas de presença, bilhetes de avião e outros meios de transporte e recibos das remunerações pagas aos peritos, assim como faturas e recibos das despesas acessórias. A não conservação dos registos constitui uma violação do contrato e pode conduzir à sua rescisão.

ARTIGO 25.º VERIFICAÇÕES, CONTROLOS E AUDITORIAS POR PARTE DE ORGANISMOS DA UNIÃO EUROPEIA

- 25.1. O Adjudicatário deve permitir que a Comissão Europeia, o Organismo Europeu de Luta Antifraude e o Tribunal de Contas Europeu verifiquem a execução do contrato, através do exame e da realização de cópias de documentos, ou de controlos no terreno, incluindo o controlo de documentos originais. Para efeitos destas verificações e auditorias, os organismos da União Europeia atrás referidos devem poder efetuar uma auditoria completa, com base em documentos comprovativos das contas, outros documentos contabilísticos ou relativos ao financiamento do contrato. O Adjudicatário deve garantir o acesso, em qualquer momento razoável, às suas instalações, nomeadamente aos seus escritórios, dados informáticos e contabilísticos e a todas as informações necessárias para a realização das auditorias, incluindo informações sobre os salários individuais das pessoas envolvidas no projeto. O Adjudicatário deve garantir que as informações estão prontamente disponíveis no momento da auditoria e, se lhe for solicitado, que os dados são entregues de forma adequada. Estas inspeções podem ser efetuadas durante um período de 7 anos após o pagamento do saldo final.

Além disso, o Adjudicatário deve autorizar o Organismo Europeu de Luta Antifraude a efetuar os controlos e verificações no local, de acordo com os procedimentos previstos na legislação da União Europeia que visa a proteção dos interesses financeiros da União Europeia contra eventuais fraudes ou irregularidades.

- 25.2. Para o efeito, o Adjudicatário compromete-se a autorizar ao pessoal da Comissão Europeia, do Organismo Europeu de Luta Antifraude e do Tribunal de Contas Europeu, bem como às pessoas por eles mandatadas, o acesso às instalações e a outros locais de execução do contrato, incluindo aos seus sistemas informáticos, e ainda o acesso a todos os documentos e dados informatizados relativos à gestão técnica e financeira do projeto, e a tomar as medidas destinadas a facilitar esta tarefa. O acesso de pessoas mandatadas pela Comissão Europeia, pelo Organismo Europeu de Luta Antifraude e pelo Tribunal de Contas Europeu obedece a condições de estrita confidencialidade no que diz respeito a terceiros, sem prejuízo das obrigações de direito público a que estão sujeitas. A documentação deve estar facilmente acessível e classificada por forma a facilitar o seu exame, devendo o Adjudicatário informar a Entidade Adjudicante do local preciso em que se encontram.

- 25.3. O Adjudicatário compromete-se a assegurar que os direitos da Comissão Europeia, do Organismo Europeu de Luta Antifraude e do Tribunal de Contas Europeu no que respeita à execução de auditorias, controlos e verificações sejam igualmente aplicáveis, em igualdade de condições e segundo as modalidades previstas no presente artigo, aos eventuais subcontratantes ou outras partes que beneficiem dos fundos da UE/FED.

ARTIGO 26.º RELATÓRIOS INTERCALARES E RELATÓRIO FINAL

- 26.1. Salvo disposição em contrário das condições de referência, o Adjudicatário deve elaborar relatórios intercalares e um relatório final durante o período de implementação das tarefas. Cada relatório é constituído por uma secção narrativa e uma secção financeira. O formato dos mesmos é comunicado pelo gestor do projeto ao Adjudicatário durante o período de implementação das tarefas.
- 26.2. Todas as faturas devem ser acompanhadas de um relatório intercalar ou de um relatório final. Todas as faturas respeitantes a contratos baseados em honorários devem ser igualmente acompanhadas de um relatório financeiro atualizado e de uma fatura relativa aos custos efetivos incorridos com a verificação das despesas. A estrutura dos relatórios financeiros intercalares ou finais é a mesma que a do orçamento aprovado a título do contrato (Anexo V). No relatório financeiro devem ser indicadas, pelo menos, as despesas referentes ao período coberto pelo relatório, as despesas cumuladas e o saldo disponível.
- 26.3. Imediatamente antes do termo do período de implementação das tarefas, o Adjudicatário deve elaborar um relatório final sobre os progressos realizados, acompanhado, se for caso disso, de um estudo crítico dos principais problemas que eventualmente tenham surgido durante a execução do contrato.
- 26.4. Este relatório final sobre os progressos realizados deve ser enviado ao gestor do projeto até 60 dias após o termo do período de implementação das tarefas. Este relatório não vincula a Entidade Adjudicante.
- 26.5. Sempre que o contrato seja executado por fases, o Adjudicatário deve elaborar um relatório final relativo à implementação de cada fase.
- 26.6. Os relatórios intercalares e o relatório final regem-se pelo disposto no artigo 14.º.

ARTIGO 27.º APROVAÇÃO DE RELATÓRIOS E DOCUMENTOS

- 27.1. A aprovação pela Entidade Adjudicante dos relatórios e documentos elaborados e enviados pelo Adjudicatário deve atestar a respetiva conformidade com as cláusulas contratuais.
- 27.2. Sempre que a Entidade Adjudicante aprovar um relatório ou documento sob reserva da introdução de alterações por parte do Adjudicatário, deve fixar um prazo para a introdução das alterações solicitadas.
- 27.3. Sempre que o relatório final não seja aprovado, recorrer-se-á automaticamente ao processo de resolução de litígios.
- 27.4. Sempre que o contrato seja executado por fases, a implementação de cada fase fica sujeita à aprovação da fase anterior pela Entidade Adjudicante, salvo se as fases forem executadas simultaneamente. O prazo para a Entidade Adjudicante aceitar os relatórios e documentos deve ser considerado incluído no prazo de pagamento indicado no artigo 29, salvo disposição em contrário nas condições especiais.

PAGAMENTOS E COBRANÇA DE DÍVIDAS

ARTIGO 28.º VERIFICAÇÃO DAS DESPESAS

- 28.1. No caso de contratos de preço global, não é exigido qualquer relatório sobre a verificação de despesas.
- 28.2. No caso de contratos com base em honorários, antes da realização dos pagamentos, as faturas e os relatórios financeiros enviados pelo Adjudicatário à Entidade Adjudicante devem ser examinados por um auditor externo que preencha as condições específicas estabelecidas nas condições de referência para a verificação das despesas, notificado pelo Adjudicatário nos termos do artigo 7.º, n.º 8.
- 28.3. O auditor deve certificar-se de que existem elementos de prova adequados, suficientes e fiáveis de que:
- (a) Os peritos empregues pelo Adjudicatário no âmbito do contrato em causa trabalharam efetivamente no contrato (tal como corroborado por terceiros independentes, se possível) durante o número de dias indicado nas faturas apresentadas pelo Adjudicatário e nas folhas de cálculo financeiro apresentadas juntamente com os relatórios intercalares; e
 - (b) Os montantes apresentados como despesas acessórias foram efetivamente incorridos pelo Adjudicatário em conformidade com o disposto nas condições de referência do contrato;
 - (c) Com base na verificação efetuada, o auditor apresenta ao Adjudicatário um relatório sobre a verificação das despesas que segue o modelo do Anexo VII.
- 28.4. O Adjudicatário concede ao auditor todos os direitos de acesso referidos no artigo 25.º.
- 28.5. A Entidade Adjudicante reserva-se o direito de exigir a substituição do auditor, caso existam elementos desconhecidos à data de assinatura do contrato que coloquem em causa a sua independência ou profissionalismo.

ARTIGO 29.º PAGAMENTO E JUROS DE MORA

- 29.1. Os pagamentos serão efetuados segundo uma das opções abaixo apresentadas, tal como previsto nas Condições Especiais.

Opção 1: Contrato baseado em honorários:

A Entidade Adjudicante efetua os pagamentos ao Adjudicatário do seguinte modo:

1. Um primeiro pagamento de pré-financiamento, a pedido do Adjudicatário, de um montante não superior a 20 % do valor máximo do contrato referido no artigo 3 do contrato, no prazo de 30 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura, do contrato assinado pelas duas partes e, se for necessário, de uma garantia financeira, tal como previsto no artigo 30.º.
2. Pagamentos adicionais intercalares semestrais, tal como indicado nas Condições Especiais, no prazo de 60 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura acompanhada de um relatório intercalar e de um relatório sobre a verificação das despesas, sob reserva da aprovação destes relatórios nos termos do artigo 27.º Os pagamentos intercalares devem corresponder a um montante equivalente aos custos incorridos, com base no relatório sobre a verificação das despesas. Quando tiver sido pago 80% do valor máximo do contrato referido no seu artigo 3 (pré-financiamentos e pagamentos intercalares), os montantes devidos ao contratante serão deduzidos do pré-

financiamento até este estar completamente reembolsado, antes de proceder a qualquer pagamento adicional.

3. A soma dos pagamentos referentes a estas faturas não pode exceder 90 % do valor máximo do contrato estipulado no seu artigo 3.º, reservando-se, no mínimo, 10 % deste valor para o pagamento final.
4. O saldo do valor final do contrato após verificação, sob reserva do valor máximo estipulado no seu artigo 3.º, após dedução dos montantes já pagos, no prazo de 60 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura acompanhada de um relatório final e de um relatório sobre a verificação das despesas, sob reserva da aprovação destes relatórios nos termos do artigo 27.º.

Opção 2: Contrato de preço global:

Se o contrato tiver uma duração inferior a dois anos, a Entidade Adjudicante efetua os pagamentos ao Adjudicatário do seguinte modo:

1. Um pagamento de pré-financiamento, a pedido do Adjudicatário, de um montante não superior a 40 % do valor do contrato estipulado no seu artigo 3.º, no prazo de 30 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura, do contrato assinado pelas duas partes e, se for necessário, de uma garantia financeira, tal como previsto no artigo 30.º;
2. O saldo do valor do contrato previsto no seu artigo 3.º, no prazo de 60 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura final acompanhada do relatório final, sob reserva da aprovação deste relatório nos termos do artigo 27.º.

Se o contrato tiver uma duração superior a dois anos e se orçamento estiver dividido entre diferentes resultados que a Entidade Adjudicante pode aprovar independentemente, a Entidade Adjudicante efetua os pagamentos ao Adjudicatário do seguinte modo:

1. Um pagamento de pré-financiamento, a pedido do Adjudicatário, de um montante não superior a 40 % do valor do contrato estipulado no seu artigo 3.º, no prazo de 30 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura, do contrato assinado pelas duas partes e, se for necessário, de uma garantia financeira, tal como previsto no artigo 30.º;
2. Um pagamento intercalar no final de cada período de 12 meses de implementação do contrato, de um montante correspondente aos resultados apresentados, no prazo de 60 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura acompanhada de um relatório intercalar, sob reserva da aprovação deste relatório nos termos do artigo 27.º.
3. A soma dos pagamentos referentes a estas faturas não pode exceder 90 % do valor máximo do contrato estipulado no seu artigo 3.º, reservando-se, no mínimo, 10 % deste valor para o pagamento final.
4. O saldo do valor do contrato previsto no seu artigo 3.º, no prazo de 60 dias a contar da receção pela Entidade Adjudicante de uma fatura final acompanhada do relatório final, sob reserva da aprovação deste relatório nos termos do artigo 27.º.

- 29.2. Por data de pagamento entende-se a data em que o montante é debitado na conta. A fatura é inaceitável se faltar pelo menos um dos elementos essenciais. Sem prejuízo do disposto no artigo 36.º, n.º 2, a Entidade Adjudicante pode suspender a contagem deste prazo relativamente a qualquer parte do montante faturado que seja contestado pelo gestor do projeto, notificando o Adjudicatário de que essa parte da fatura não é aceitável, quer porque o montante em causa não é devido, quer porque o relatório pertinente não pode ser aprovado e a Entidade Adjudicante considera ser necessário proceder a novas verificações. Nestes casos, a Entidade Adjudicante não deve reter de forma não razoável o pagamento de qualquer parte não contestada da fatura, podendo, no entanto, solicitar esclarecimentos, alterações ou informações complementares, que lhe devem ser fornecidos no prazo de 30

dias a contar do pedido. O prazo de pagamento recomeça a contar na data em que a Entidade Adjudicante receba uma fatura emitida corretamente.

29.3. Após receção do pagamento em atraso, o Adjudicatário dispõe de um prazo de dois meses para solicitar o pagamento de juros de mora:

- à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas principais operações de refinanciamento em euros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, Série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,
- à taxa de redesconto aplicada pelo banco central do país da Entidade Adjudicante, se os pagamentos forem efetuados na moeda nacional desse país,

em vigor no primeiro dia do mês em que o prazo termina, acrescidas de oito pontos percentuais. Os juros de mora cobrem o período compreendido entre o termo do prazo de pagamento, exclusive, e a data de débito da conta da Entidade Adjudicante, inclusive.

29.4. Os pagamentos devidos pela Entidade Adjudicante devem ser efetuados para a conta bancária indicada na ficha de identificação financeira preenchida pelo Adjudicatário. Deve ser utilizado um novo formulário de identificação financeira para comunicar eventuais alterações da conta bancária, que deve juntar-se à fatura.

29.5. Os pagamentos serão efetuados em euros ou na moeda nacional, tal como especificado nas Condições Especiais. As condições administrativas ou técnicas que regem o pagamento de pré-financiamentos, os pagamentos intercalares e/ou os pagamentos finais efetuados em conformidade com as Condições Gerais são definidas nas Condições Especiais. Sempre que os pagamentos sejam efetuados em euros, para efeitos da provisão para despesas acessórias, a conversão em euros das despesas efetivas será efetuada à taxa, publicada no Infor-Euro, do primeiro dia útil do mês em que a fatura for estabelecida. No caso de pagamentos em moeda nacional, esta deve ser convertida na moeda nacional à taxa, publicada no Infor-Euro, do primeiro dia útil do mês em que o pagamento for efetuado.

29.6. No caso dos contratos baseados em honorários, as faturas devem ser acompanhadas de cópias ou de extratos das folhas de presença correspondentes aprovadas referidas no artigo 24.º, n.º 2, tendo em vista verificar os montantes faturados respeitantes ao tempo de trabalho dos peritos. Considera-se que 7 horas de trabalho efetivo são equivalentes a um dia de trabalho. Relativamente a todos os peritos, para efeitos de faturação, o respetivo tempo de trabalho deve ser arredondado para o número inteiro de dias de trabalho mais próximo.

29.7. O pagamento do saldo final está subordinado à execução por parte do Adjudicatário de todas as suas obrigações relativas à implementação de todas as fases ou partes dos serviços, bem como à aprovação pela Entidade Adjudicante da última fase ou parte dos serviços. O pagamento final apenas será efetuado depois de o relatório final e a fatura final, identificados como tal, terem sido apresentados pelo Adjudicatário e aprovados pela Entidade Adjudicante.

29.8. As obrigações de pagamento da Comissão Europeia por força do presente contrato caducam 18 meses após o termo do período de implementação das tarefas, a não ser que o contrato tenha sido rescindido em conformidade com as presentes Condições Gerais.

29.9. Por antecipação, ou em alternativa à rescisão prevista no artigo 64.º, a Entidade Adjudicante pode suspender os pagamentos a título cautelar e sem pré-aviso.

29.10. Sempre que se prove que o processo de adjudicação ou a execução do contrato foram objeto de erros ou irregularidades substanciais ou fraude imputáveis ao Adjudicatário, a Entidade Adjudicante pode, além da possibilidade de suspender a execução do contrato nos termos do artigo 35.º, n.º 3, e de rescindir o contrato nos termos do artigo 36.º, recusar-se a efetuar

os pagamentos e/ou recuperar os montantes já pagos, numa medida proporcional à gravidade dos erros, irregularidades ou fraude cometidos.

- 29.11. Se, por qualquer motivo, o contrato for rescindido, as garantias prestadas para cobrir os pré-financiamentos podem ser imediatamente exigidas a fim de reembolsar o saldo dos pré-financiamentos ainda devido pelo Adjudicatário, não podendo o garante atrasar o pagamento nem opor-se, seja por que motivo for.

ARTIGO 30.º GARANTIA FINANCEIRA

- 30.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, o Adjudicatário deve prestar uma garantia financeira correspondente ao montante total do pré-financiamento. A garantia financeira deve ser estabelecida na minuta que figura no contrato e pode assumir a forma de garantia bancária, ordem de pagamento bancária, cheque visado, garantia prestada por uma companhia de seguros e/ou sociedade de caução, carta de crédito irrevogável ou depósito em numerário na conta da Entidade Adjudicante. Se a garantia financeira revestir a forma de garantia bancária, ordem de pagamento bancária, cheque visado ou caução, deve ser emitida por uma instituição de crédito ou de seguros aprovada pela Entidade Adjudicante. Esta garantia financeira deve permanecer válida até à sua liberação pela Entidade Adjudicante, nos termos do artigo 30.º, n.º 5 ou n.º 6, consoante o caso. Se o Adjudicatário for um organismo público, a obrigação de garantia financeira pode ser dispensada em função da avaliação dos riscos.
- 30.2. A garantia financeira deve ser prestada em papel timbrado da instituição financeira e preenchendo a minuta prevista no Anexo VI.
- 30.3. Se a garantia financeira para a cobertura do pré-financiamento caducar e o Adjudicatário não a renovar, a Entidade Adjudicante pode deduzir dos futuros pagamentos devidos ao Adjudicatário, nos termos do contrato, uma quantia igual ao pré-financiamento ou notificar formalmente o Adjudicatário de que deve prestar nova garantia nos mesmo termos que a anterior. Se o Adjudicatário não fornecer uma nova garantia, a Entidade Adjudicante pode rescindir o contrato.
- 30.4. Se, por qualquer motivo, o contrato for rescindido, as garantias prestadas para cobrir os pré-financiamentos podem ser imediatamente exigidas a fim de reembolsar o saldo dos pré-financiamentos ainda devido pelo Adjudicatário, não podendo o garante atrasar o pagamento nem opor-se, seja por que motivo for.
- 30.5. No caso de contratos baseados em honorários, a eventual garantia financeira deve ser liberada de uma só vez logo que tenha sido apurado o pré-financiamento correspondente, nos termos do artigo 29.º, n.º 1.
- 30.6. No caso dos contratos de preço global, a garantia financeira deve permanecer válida até que seja efetuado o último pagamento.

ARTIGO 31.º RESTITUIÇÃO DOS MONTANTES DEVIDOS PELO ADJUDICATÁRIO

- 31.1. O Adjudicatário compromete-se a restituir à Entidade Adjudicante quaisquer quantias pagas que excedam o montante final devido antes do termo do prazo de 45 dias a contar da data de emissão da nota de débito.
- 31.2. Caso o Adjudicatário não proceda à restituição no prazo atrás referido, a Entidade Adjudicante pode (a menos que o Adjudicatário seja um serviço governamental ou organismo público de um Estado-Membro da União Europeia) aumentar os montantes devidos através do acréscimo de juros:

- (a) à taxa de redesconto aplicada pelo banco central do país da Entidade Adjudicante, se os pagamentos forem efetuados na moeda nacional deste país,
- (b) à taxa aplicada pelo Banco Central Europeu nas suas principais operações de refinanciamento em euros, publicada no Jornal Oficial da União Europeia, Série C, se os pagamentos forem efetuados em euros,

em vigor no primeiro dia do mês em que o prazo termina, acrescidas de oito pontos percentuais. Os juros incidem no período decorrido entre o termo do prazo de pagamento e a data em que o pagamento for realmente efetuado. Qualquer pagamento parcial será em primeiro lugar imputado aos juros de mora assim determinados.

- 31.3. Os montantes a restituir à Entidade Adjudicante podem ser compensados por montantes de qualquer tipo devidos ao Adjudicatário. Esta disposição é aplicável sem prejuízo do direito das partes de acordarem um escalonamento dos pagamentos.
- 31.4. Os encargos bancários que resultem da restituição dos montantes devidos à Entidade Adjudicante serão exclusivamente assumidos pelo Adjudicatário.
- 31.5. Sem prejuízo da prerrogativa da Entidade Adjudicante, a própria União Europeia pode, na qualidade de doadora, proceder, se necessário, à cobrança por quaisquer meios.

ARTIGO 32.º REVISÃO DOS PREÇOS

- 32.1. Salvo disposição em contrário das Condições Especiais, os preços do contrato serão fixos, não podendo ser revistos.

ARTIGO 33.º PAGAMENTOS A TERCEIROS

- 33.1. As ordens de pagamento em favor de terceiros só podem ser executadas após uma cessão da posição contratual efetuada nos termos do artigo 3.º. A cessão deve ser notificada à Entidade Adjudicante.
- 33.2. A notificação dos beneficiários da cessão da posição contratual incumbe exclusivamente ao Adjudicatário.
- 33.3. Em caso de afetação vinculativa dos bens do Adjudicatário que afete os pagamentos que lhe são devidos nos termos do contrato, e sem prejuízo do prazo previsto no artigo 29.º, a Entidade Adjudicante dispõe de 30 dias, a contar da data de receção da notificação do levantamento definitivo do impedimento ao pagamento, para retomar os pagamentos ao Adjudicatário.

INCUMPRIMENTO, SUSPENSÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

ARTIGO 34.º INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

- 34.1. Existe incumprimento do contrato quando uma das partes não satisfaz qualquer das obrigações previstas nos termos do contrato.
- 34.2. Em caso de incumprimento do contrato, a parte lesada pelo incumprimento tem direito a:
 - a) A uma indemnização; e/ou
 - b) A rescindir o contrato.

- 34.3. A indemnização pode ser:
- a) Geral; ou
 - b) Contratual (cláusula penal).
- 34.4. Se o Adjudicatário não cumprir as suas obrigações nos termos do disposto no contrato, a Entidade Adjudicante pode, sem prejuízo do seu direito previsto no n.º 2, decidir também:
- a) Suspender os pagamentos; e/ou
 - b) Reduzir ou recuperar os pagamentos que tiver feito na proporção do incumprimento.
- 34.5. Se a Entidade Adjudicante tiver direito a uma indemnização, pode deduzi-la de quaisquer montantes devidos ao Adjudicatário ou executar a garantia adequada.
- 34.6. A Entidade Adjudicante tem direito a uma indemnização nos termos da lei que rege o contrato por quaisquer danos de que tenha conhecimento após a conclusão do contrato.

ARTIGO 35.º SUSPENSÃO DO CONTRATO

- 35.1. Por ordem da Entidade Adjudicante, o Adjudicatário deve suspender a execução do contrato ou de qualquer parte do mesmo pelo período e do modo que a Entidade Adjudicante considere necessários. A suspensão produz efeitos no dia em que o Adjudicatário receber a ordem ou em data posterior se a ordem assim o determinar.
- 35.2. Suspensão do contrato em caso de alegados erros ou irregularidades substanciais ou fraude: O contrato pode ser suspenso a fim de verificar se os alegados erros ou irregularidades substanciais ou fraude ocorreram durante o procedimento de adjudicação ou durante a execução do contrato. Caso não se confirmem, a execução do contrato deve ser retomada o mais rapidamente possível.
- 35.3. Durante o período de suspensão, o Adjudicatário deve tomar as medidas de proteção eventualmente necessárias.
- 35.4. As despesas suplementares decorrentes dessas medidas de proteção podem ser adicionadas ao preço contratual, salvo se:
- a) O contrato previr outras disposições em caso de suspensão; ou
 - b) A suspensão for necessária devido a qualquer incumprimento por parte do Adjudicatário; ou
 - c) Os alegados erros ou irregularidades substanciais ou fraude referidos no n.º 2, se confirmem e forem imputáveis ao Adjudicatário.
- 35.5. O Adjudicatário só tem direito aos referidos suplementos para além do preço contratual se notificar à Entidade Adjudicante, no prazo de 30 dias a contar da receção da ordem de suspensão do contrato, a sua intenção de os reclamar.
- 35.6. Após consultar o Adjudicatário, a Entidade Adjudicante deve fixar os suplementos para além do preço contratual e/ou a prorrogação do prazo de execução que considere justo e razoável conceder ao Adjudicatário em consequência da sua reclamação.
- 35.7. A Entidade Adjudicante deve, o mais rapidamente possível, ordenar ao Adjudicatário que retome a execução do contrato suspenso ou informá-lo de que pretende rescindir o contrato. Se o período de suspensão exceder 180 dias e não resultar do incumprimento do

Adjudicatário, este último pode, mediante notificação à Entidade Adjudicante, solicitar autorização para retomar a execução do contrato no prazo de 30 dias ou rescindir o contrato.

ARTIGO 36.º RESCISÃO PELA ENTIDADE ADJUDICANTE

36.1. A Entidade Adjudicante pode, a qualquer momento e com efeito imediato, rescindir o contrato, exceto nos casos previstos no n.º 2.

36.2. Salvo disposição em contrário das presentes Condições Gerais, a Entidade Adjudicante pode, depois de notificar o Adjudicatário com sete dias de antecedência, rescindir o contrato em qualquer dos seguintes casos:

- (a) O Adjudicatário cometeu uma violação grave do contrato por não ter respeitado as suas obrigações contratuais;
- (b) O Adjudicatário não cumpriu, dentro de um prazo razoável, a notificação do gestor do projeto em que este lhe exige que corrija qualquer negligência ou incumprimento das suas obrigações contratuais que compromete seriamente a correta prestação dos serviços dentro dos prazos;
- (c) O Adjudicatário recusa ou abstém-se de cumprir as ordens administrativas emitidas pelo gestor do projeto;
- (d) O Adjudicatário cede o contrato ou subcontrata sem consentimento da Entidade Adjudicante;
- (e) O Adjudicatário encontra-se em situação de falência ou é objeto de um processo de liquidação, de cessação de atividade, ou está sujeito a qualquer outro meio preventivo de liquidação de património ou em qualquer outra situação análoga resultante de um processo da mesma natureza nos termos da legislação e regulamentação nacionais;
- (f) Mudança a nível da empresa que implique a alteração da personalidade jurídica, da natureza ou do controlo do Adjudicatário, a menos que tal modificação seja objeto de uma adenda ao contrato;
- (g) A existência de qualquer outra incapacidade jurídica que impeça a execução do contrato;
- (h) O Adjudicatário não presta as garantias exigidas ou não subscreve os seguros necessários ou a pessoa que prestou a garantia ou subscreveu o seguro não pode honrar os seus compromissos;
- (i) O Adjudicatário cometeu uma falta profissional grave, comprovada por qualquer meio que a Entidade Adjudicante possa apresentar;
- (j) O Adjudicatário foi condenado por sentença transitada em julgado por fraude, corrupção, participação em organização criminosa, branqueamento de capitais ou qualquer outra atividade ilícita que prejudique os interesses financeiros da União Europeia;
- (k) O Adjudicatário, na execução de outro contrato financiado pelo orçamento da UE/FED, foi declarado em situação de violação grave do contrato;
- (l) Após a adjudicação do contrato, fica provado que o procedimento de adjudicação ou a execução do contrato foi objeto de erros ou irregularidades substanciais ou fraude;

- (m) O procedimento de adjudicação ou a execução de outro contrato financiado pelo orçamento da UE/FED foi objeto de erros ou irregularidades substanciais ou fraude, passíveis de prejudicar a execução do presente contrato;
 - (n) O Adjudicatário não mantém os registos do contrato durante um período de 7 anos após o pagamento final efetuado nos termos do contrato;
 - (o) O Adjudicatário não cumpre as obrigações previstas nos artigos 8.º e 9.º;
 - (p) O Adjudicatário não propõe um substituto adequado de um perito, cuja ausência prejudica a correta execução do contrato.
- 36.3. A rescisão do contrato não prejudica quaisquer outros direitos ou faculdades da Entidade Adjudicante e do Adjudicatário nos termos do contrato. A Entidade Adjudicante pode, subsequentemente, completar ela própria a execução dos serviços ou celebrar outro contrato com um terceiro a expensas do Adjudicatário. A responsabilidade do Adjudicatário pelo atraso na conclusão dos serviços cessa logo que a Entidade Adjudicante rescinda o contrato, sem prejuízo de qualquer responsabilidade eventualmente decorrente deste atraso.
- 36.4. Após a rescisão do contrato ou receção da notificação da mesma, o Adjudicatário deve tomar imediatamente as medidas necessárias para pôr termo, rápida e ordenadamente, à prestação dos serviços e para reduzir as despesas ao mínimo.
- 36.5. Logo que possível após a rescisão do contrato, o gestor do projeto deve confirmar o valor dos serviços prestados e todos os montantes devidos ao Adjudicatário à data da rescisão.
- 36.6. A Entidade Adjudicante não será obrigada a efetuar quaisquer novos pagamentos ao Adjudicatário até à conclusão da prestação dos serviços, após o que terá o direito de obter do Adjudicatário o reembolso de eventuais despesas suplementares decorrentes da conclusão dos serviços, ou pagará qualquer saldo ainda devido ao Adjudicatário.
- 36.7. Se rescindir o contrato, a Entidade Adjudicante tem o direito, além das despesas suplementares para a conclusão do contrato e sem prejuízo de outras vias de recurso estipuladas no contrato, de obter do Adjudicatário o reembolso por eventuais perdas sofridas até ao valor dos serviços que não forem cabalmente prestados, salvo disposição em contrário das Condições Especiais.
- 36.8. Se a rescisão não for causada por ato ou omissão do Adjudicatário, por força maior ou outras circunstâncias alheias à vontade da Entidade Adjudicante, para além das somas devidas pelas tarefas já executadas, o Adjudicatário tem o direito a ser indemnizado pelos prejuízos sofridos.
- 36.9. O presente contrato terminará automaticamente se não tiver originado nenhum pagamento nos três anos subsequentes à sua assinatura.

ARTIGO 37.º RESCISÃO PELO ADJUDICATÁRIO

- 37.1. O Adjudicatário pode rescindir o contrato, mediante pré-aviso de 14 dias dirigido à Entidade Adjudicante, caso esta última:
- (a) Não lhe pague, durante mais de 120 dias, os montantes devidos depois de terminado o prazo fixado no artigo 29.º; ou
 - (b) Não cumpra reiteradamente as suas obrigações após repetidas insistências; ou

- (c) Suspensa a prestação dos serviços ou de qualquer parte dos mesmos por mais de 90 dias por motivos não especificados no contrato ou não resultantes de incumprimento ou falta do Adjudicatário.
- 37.2. Esta rescisão não prejudica quaisquer outros direitos adquiridos pela Entidade Adjudicante ou pelo Adjudicatário nos termos do contrato.
- 37.3. Em caso de rescisão nestas condições, a Entidade Adjudicante deve indemnizar o Adjudicatário por qualquer perda ou dano que este possa ter sofrido. Esta indemnização não pode ultrapassar, uma vez efetuados todos os pagamentos, o montante previsto no artigo 2.º do contrato.

ARTIGO 38.º FORÇA MAIOR

- 38.1. Considera-se que as partes não incorrem em incumprimento ou violação das suas obrigações contratuais se a respetiva execução tiver sido impedida por circunstâncias de força maior ocorridas após a data de notificação da adjudicação do contrato ou a data em que o contrato comece a produzir efeitos.
- 38.2. Na aceção das presentes Condições Gerais, entende-se por «casos de força maior», que as partes não possam evitar nem superar efetuando as devidas diligências, a ação das forças naturais, greves, *lock-outs* ou outros conflitos laborais, atos do inimigo público, guerras declaradas ou não, bloqueios, insurreições, motins, epidemias, desabamentos de terras, terremotos, tempestades, raios, inundações, desmoronamentos provocados por enxurradas, tumultos e explosões. A decisão da União Europeia de suspender a cooperação com o país beneficiário é considerada um caso de força maior se implicar a suspensão do financiamento do presente contrato.
- 38.3. Não obstante o disposto nos artigos 19.º e 35.º, o Adjudicatário não fica sujeito ao pagamento de uma indemnização ou à rescisão por violação ou incumprimento do contrato se, e na medida em que, o atraso na execução ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um acontecimento de força maior. Do mesmo modo, não obstante o disposto nos artigos 29.º e 37.º, a Entidade Adjudicante não está sujeita ao pagamento de juros de mora por não execução ou por rescisão do contrato por parte do Adjudicatário por violação ou incumprimento se, e na medida em que, o atraso no pagamento da Entidade Adjudicante ou qualquer outro incumprimento das suas obrigações contratuais resultar de um acontecimento de força maior.
- 38.4. Se qualquer das partes considerar que ocorreram circunstâncias de força maior suscetíveis de afetar o cumprimento das suas obrigações, deve notificar imediatamente a outra parte e o gestor do projeto, fornecendo dados pormenorizados sobre a natureza, a duração provável e os efeitos prováveis das referidas circunstâncias. Salvo instrução em contrário por escrito do gestor do projeto, o Adjudicatário deve continuar a cumprir as suas obrigações contratuais na medida em que tal seja razoavelmente praticável e procurar todos os outros meios razoáveis que lhe permitam cumprir as obrigações cuja execução não seja impedida pelo acontecimento de força maior. O Adjudicatário só porá em prática esses meios alternativos se o gestor do projeto assim o decidir.
- 38.5. Nos contratos baseados em honorários, se o cumprimento das ordens do gestor do projeto ou o recurso a meios alternativos em conformidade com o disposto no n.º 4 implicar despesas suplementares para o Adjudicatário, o respetivo montante deve ser confirmado pelo gestor do projeto.
- 38.6. Se qualquer caso de força maior que eventualmente ocorra se prolongar por 180 dias, não obstante qualquer prorrogação do prazo de execução do contrato que por este motivo possa ter sido concedida ao Adjudicatário, cada uma das partes terá o direito de rescindir o contrato mediante pré-aviso de 30 dias à outra parte. Se, no termo deste período de 30 dias,

a situação de força maior se mantiver, o contrato terminará, ficando as partes, por conseguinte, em conformidade com a legislação que rege o contrato, desobrigadas da respetiva conclusão.

ARTIGO 39.º MORTE

- 39.1. Se o Adjudicatário for uma pessoa singular, o contrato termina automaticamente em caso de morte. Contudo, a Entidade Adjudicante deve examinar as eventuais propostas dos herdeiros ou sucessores legais, se estes tiverem notificado a intenção de dar seguimento ao contrato.
- 39.2. Se o Adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares e se verificar a morte de uma ou mais dessas pessoas, as partes devem chegar a acordo quanto ao estado de adiantamento da execução do contrato, devendo a Entidade Adjudicante decidir rescindir ou continuar o contrato de acordo com o compromisso assumido pelos sobreviventes e pelos herdeiros ou beneficiários, consoante o caso.
- 39.3. Nos casos previstos nos n.ºs 1 e 2, as pessoas que se ofereçam para continuar a executar o contrato devem notificar este facto à Entidade Adjudicante no prazo de 15 dias a contar da data da morte. A decisão da Entidade Adjudicante deve ser notificada aos interessados no prazo de 30 dias a contar receção de tal proposta.
- 39.4. Essas pessoas serão solidariamente responsáveis pela correta execução do contrato ao mesmo título que o Adjudicatário falecido. A prossecução do contrato fica sujeita às regras relativas à constituição da garantia prevista no contrato.

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E LEI APLICÁVEL

ARTIGO 40.º RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

- 40.1. As partes devem envidar todos os esforços no sentido de resolver amigavelmente os eventuais litígios relacionados com o contrato.
- 40.2. Em caso de litígio, uma das partes deve comunicar por escrito à outra parte a existência do litígio e a sua posição sobre o mesmo, bem como eventuais soluções que tiver em vista, solicitando a sua resolução amigável. A outra parte deve responder a este pedido de resolução amigável no prazo de 30 dias, declarando a sua posição sobre a questão. Salvo acordo das partes em contrário, o prazo máximo previsto para se alcançar a resolução amigável é de 120 dias a contar da data da notificação que tiver desencadeado o procedimento. Se uma das partes não concordar com a proposta de resolução amigável da outra, não responder a tempo a essa proposta, ou se não se alcançar uma resolução amigável dentro do prazo máximo, considera-se que o procedimento de resolução amigável não foi bem-sucedido.
- 40.3. Na ausência de resolução amigável, uma das partes pode comunicar por escrito à outra parte a intenção de resolver o litígio através da conciliação por terceiro. Se a Comissão Europeia não for parte no contrato, pode aceitar a intervenção na qualidade de conciliador. A outra parte deve responder a este pedido de conciliação no prazo de 30 dias. Salvo acordo das partes em contrário, o prazo máximo previsto para se alcançar a resolução por conciliação é de 120 dias a contar da data da notificação que tiver desencadeado o procedimento. Se uma parte não atender ao pedido de conciliação apresentado pela outra parte, ou não responder dentro do prazo previsto, ou se não for obtida uma resolução do litígio no prazo máximo previsto, considera-se que o procedimento de conciliação não foi bem-sucedido.

- 40.4. Se o procedimento de resolução amigável não for bem-sucedido e se, depois de ter sido solicitado, o procedimento de conciliação também não for bem-sucedido, cada uma das partes pode remeter o litígio para uma decisão de um tribunal nacional ou de um tribunal arbitral, tal como especificado nas Condições Especiais.

ARTIGO 41.º LEI APLICÁVEL

- 41.1. O presente contrato é regido pela lei da Entidade Adjudicante ou, se esta for a Comissão Europeia, pelo direito da União Europeia, completado, se necessário, pelo direito belga.

ARTIGO 42.º PROTEÇÃO DE DADOS

- 42.1 Todos os dados pessoais incluídos no contrato devem ser tratados em conformidade com o Regulamento (CE) n.º 45/2001 relativo à proteção das pessoas relativamente ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. Os dados serão tratados exclusivamente para efeitos da execução, gestão e acompanhamento do contrato pela Entidade Adjudicante, sem prejuízo da eventual transmissão a organismos responsáveis pelo acompanhamento ou inspeção em conformidade com a legislação da UE. O Adjudicatário tem o direito de aceder aos seus dados pessoais e de os retificar. Se o Adjudicatário tiver quaisquer questões relativas ao tratamento dos seus dados pessoais, deve colocá-las à Entidade Adjudicante. O Adjudicatário terá o direito de recurso, a qualquer momento, para a Autoridade Europeia para a Proteção de Dados.

Se o contrato exigir o tratamento de dados pessoais, o Adjudicatário só pode atuar sob a supervisão do responsável pelo tratamento dos dados, em especial no que se refere aos objetivos do tratamento, categorias de dados, destinatários dos dados e a forma como a pessoa em causa pode exercer os seus direitos.

Os dados são confidenciais na aceção do Regulamento (CE) n.º 45/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais pelas instituições e pelos órgãos comunitários e à livre circulação desses dados. O Adjudicatário deve limitar o acesso aos dados ao pessoal estritamente necessário para a execução, gestão e acompanhamento do contrato.

O Adjudicatário compromete-se a adotar medidas de segurança adequadas, a nível técnico e organizacional, tendo em conta os riscos inerentes ao tratamento e à natureza dos dados pessoais em causa, a fim de:

- a) Impedir que uma pessoa não autorizada tenha acesso aos sistemas informáticos de tratamento dos dados pessoais, em especial:
 - aa) a leitura, cópia, alteração ou remoção não autorizada dos suportes de armazenamento;
 - ab) a inserção de dados não autorizada, a divulgação, alteração ou supressão não autorizada dos dados pessoais armazenados;
 - ac) a utilização por pessoas não autorizadas dos sistemas de tratamento de dados através de equipamento de transmissão de dados;
- b) Garantir que os utilizadores autorizados de um sistema de tratamento de dados só podem aceder aos dados pessoais abrangidos pelo seu direito de acesso;
- c) Registrar quais os dados pessoais comunicados, quando e a quem;
- d) Garantir que o tratamento de dados pessoais por conta de terceiros só pode ser efetuado nos moldes prescritos pela instituição ou pelo órgão contratante;

- e) Garantir que durante a comunicação de dados pessoais e transporte de suportes de dados, estes não podem ser lidos, copiados ou apagados sem autorização;
- f) Conceber a sua estrutura organizacional de modo a cumprir os requisitos de proteção dos dados.

* * *